



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo PR/PA/MPF nº 1.23.000.001435/2022-35

Interessados: Procuradoria da República no Estado do Pará

1 – OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de operação do sistema de monitoramento, manutenção preventiva, preditiva e corretiva de 2 elevadores, marca Atlas Schindler, localizados no edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Pará, de 1 elevador da marca Atlas Schindler da Procuradoria da República no município de Marabá/PA e de 1 elevador da marca Thyssenkrupp da Procuradoria da República no município de Santarém/PA, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata, mediante ressarcimento.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1 Da contratação

O edifício anexo da PR-PA possui dois elevadores elétricos que cumprem a função de transporte vertical. O edifício-sede da PRM/MAB/PA e o edifício-sede da PRM/STM/PA possui, cada imóvel, um elevador.

A conservação de edificações, em especial aquela de prédios públicos, é objeto de normas e leis brasileiras. Sobre o assunto, a Norma Brasileira NBR 5674:2012, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata sobre manutenção de edificações, estabelece importante orientação da qual extraímos o seguinte excerto.

“As edificações são suporte físico para a realização direta ou indireta de todas as atividades produtivas e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender a seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso a que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções [...]

A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.”

Ainda, a NBR 5674:2012 estabelece o seguinte:

“A gestão do sistema de manutenção inclui meios para:

a) preservar as características originais da edificação

b) prevenir a perda de desempenho decorrente da degradação dos seus sistemas, elementos ou componentes;"

Em virtude da utilização contínua desses equipamentos, a necessidade dos serviços de manutenção são indispensáveis para o funcionamento normal da edificação, sendo de elevada pertinência e relevância.

O adequado funcionamento e a garantia de padrões mínimos de segurança na sua utilização, pressupõem a contínua realização de testes, a verificação dos componentes, sua limpeza e ajustes, a substituição de peças desgastadas pelo uso, dentre outras medidas, em conformidade com o estabelecido no manual do fabricante e normas pertinentes.

Além das razões citadas, relacionadas às atividades desenvolvidas na edificação a realização das atividades de manutenção é uma obrigação Legal, devendo-se observar os requisitos relacionados a manutenção estabelecidos nas normas e Leis locais:

- ABNT NBR 207 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação. (Enquanto estiver em vigor)
- ABNT NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção.
- ABNT NBR 16042:2012 – Elevadores elétricos de passageiros — Requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores sem casa de máquinas. (Enquanto estiver em vigor)
- ABNT NBR NM313:2007 Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. (Enquanto estiver em vigor)
- ABNT NBR 16858:2021 Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação. (Todas as parte da norma que são pertinentes à manutenção de elevadores)
- Leis estaduais e municipais relacionadas à manutenção de elevadores.

Outro ponto importante é a garantia da acessibilidade do público interno e externo da instituição. Por se tratar de edificações de vários pavimentos, existem áreas cujo acesso de pessoas com deficiência, ocorre exclusivamente utilizando-se o equipamento de transporte vertical.

- ABNT NBR 9050:2020. Versão corrigida: 2021. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A LRF estabelece restrições para inclusão de novos projetos nas leis orçamentárias, dentre elas o atendimento adequado dos projetos em andamento e das despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. [grifos nossos]

Segundo a Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, as contratações de serviços de manutenção predial e de elevadores são consideradas serviços de natureza continuada:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

...

XX. Manutenção predial;

XXII. Manutenção de elevadores e plataformas elevatórias;

2.2 Dos quantitativos

2.2.1 Contratação de uma empresa para a realização do serviço de manutenção dos dois elevadores da sede da Procuradoria da República do Pará (PR/PA), um elevador da Procuradoria da República no município de Marabá/PA (PRM/MAB/PA) e um elevador da Procuradoria da República no município de Santarém/PA.

2.3 Do caráter contínuo da contratação

O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XXII da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

“Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

XXII. Manutenção de elevadores e plataformas elevatórias;”

2.4 Do Alinhamento ao Planejamento Estratégico

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2011-2020), principalmente no que tange aos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Objetivo 1: Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados.
- Objetivo 5: Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária.
- Objetivo 6: Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos.

2.5 Dos Atestados de Capacidade Técnica

Elevadores são sistemas complexos nos quais a manutenção ágil e correta é fundamental para manter a segurança de seus usuários. Na manutenção desse tipo de equipamento são necessários experiência e conhecimento do funcionamento dos sistemas mecânicos e eletroeletrônicos que compõem esse tipo de transporte.

A contratação de uma empresa sem a devida experiência e conhecimento na operação e manutenção destes equipamentos e sistemas poderá incorrer em problemas que custarão à administração prejuízos de grande monta. Portanto os atestados visam garantir o mínimo de segurança à contratação, seus riscos.

O licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que o licitante prestou ou está prestando, a contento (devendo conter o grau de satisfação do cliente) serviços de manutenção em elevadores, instalados em edifícios comerciais, em quantidade e características iguais ou superiores às da presente licitação (número de paradas e capacidade).

2.6 Do enquadramento do objeto a ser contratado

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.8 Da participação na Licitação

A licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, em razão do valor estimado anual da licitação estar estimado em R\$ 55.374,24.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por preço global.

3.2 O objeto e sua execução compreendem:

3.2.1 Prestação de serviços de técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores, marca *Atlas Schindler*, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata, mediante ressarcimento para as Procuradorias da República do Pará (PR/PA) e para a Procuradoria da República no município de Marabá/PA (PRM/MAB/PA).

3.2.2 Prestação de serviços de técnicos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores, marca *Thyssenkrupp*, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata, mediante ressarcimento para as Procuradorias da República no município de Santarém/PA (PRM/STM/PA).

3.2.3 O sistema de transporte vertical do prédio sede da **PR/PA** é composto por dois elevadores. Cada elevador é acionado por tração elétrica, sem casa de máquinas, com máquina e conversor de frequência variáveis – VVF, capacidade de 675 kg – 9 passageiros, além de acessórios de acessibilidade e segurança. O equipamento apresenta o seguinte dimensionamento:

- Caixa 1,78 x 1,70m (largura x profundidade)
- Cabina 1,20 x 1,40 m (largura x profundidade)
- Porta Central 0,80 m de largura útil
- Poço 1,50 m de profundidade
- Última parada 3,75 m de altura.
- Velocidade 1,6 m/s.
- Marca: Atlas Schindler
- Modelo: 3300

3.2.4 O sistema de transporte vertical do prédio sede da **PRM/MAB/PA** é composto por um elevador, com capacidade de 675Kg (9 pessoas) e com as seguintes características:

- Caixa: 1,9 m x 1,75 m
- Cabina: 1,71 m²
- Paradas: 04 (quatro)
- Casa de máquinas: não
- Destinação: passageiros
- Ano de fabricação: 2019
- Velocidade do elevador: 1 m/seg.
- Marca: Atlas Schindler
- Tensão de alimentação: 220V
- Modelo da cabina PK44

3.2.5 O sistema de transporte vertical do prédio sede da **PRM/STM/PA** é composto por um elevador, com capacidade de 750 kg (10 pessoas) e com as seguintes características:

- Tipo de elevador: elétrico
- Paradas: 03 (três)
- Casa de máquinas: não
- Ano de fabricação: 2018
- Velocidade do elevador: 60 m/ min .
- Marca: Thyssenkrupp
- Tensão de alimentação: 220V

- Modelo: Sinergy
- Máquina: P145L10
- Motor: 6.0 kw

3.3 Da descrição dos Serviços:

3.3.1 Os materiais empregados e a execução dos serviços deverão obedecer rigorosamente às seguintes condições:

- 3.3.1.1. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente Termo;
- 3.3.1.2. Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;
- 3.3.1.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia).
- 3.3.1.4. Às disposições legais federais, estaduais, municipais e distrital pertinentes;
- 3.3.1.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- 3.3.1.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Pará;
- 3.3.1.7. Às normas técnicas específicas, se houver;
- 3.3.1.8. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 3.3.1.9. À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- 3.3.1.10. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
 - 3.3.1.10.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
 - 3.3.1.10.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - 3.3.1.10.3. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
 - 3.3.1.10.4. NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 3.3.1.11. À Resolução CONFEA n.º 425/98 e Resolução CONFEA n.º 1025/2009 (ART e Acervo Técnico).
- 3.3.1.12. Resolução Conama nº 362/2005 – dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

3.3.2. Todos os serviços relativos ao presente Termo consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, suas peças e componentes de propriedade do CONTRATANTE que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste Termo sejam garantidos.

3.3.2.1. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos.

3.3.2.2. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;

3.3.2.2.1. Os serviços em equipamentos/peças, que por motivos técnicos não puderem ser executados nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física

de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

3.3.2.2.2. Ocorrendo o previsto no item anterior, o CONTRATANTE avaliará sobre a necessidade de se substituir imediatamente o componente, de acordo com o uso do equipamento, o tipo de equipamento/peça, facilidade de se ter em estoque ou de se encontrar no mercado. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos.

3.3.2.3 Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por um sistema informatizado (*software*) de acompanhamento de manutenção, que atenda aos seguintes parâmetros: i) histórico de manutenção por equipamento; ii) gerenciamento do cronograma de manutenção preventiva, com emissão de ordens de serviço preventivas e corretivas; iii) emissão de relatórios de manutenção detalhados; iv) histórico de dados de medições e testes, permitindo comparações com padrões recomendados pelos fabricantes; v) indicação de prováveis manutenções corretivas para o próximo período, de acordo com análises estatísticas; vi) controle de materiais de consumo e peças/componentes utilizados por período de tempo/equipamento, com custo médio envolvido; vii) capacidade de gravar em banco de dados todos os parâmetros mencionados. Deverá ser alimentado e atualizado diariamente.

3.3.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva no horário normal de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00 (horário de trabalho do técnico, para qualquer anormalidade verificada nos elevadores; e nas 24 h de todos os dias da semana para reparo emergencial dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento do prédio, casos de acidente ou pessoas presas na cabine.

3.3.3.1. Fora deste horário, ou dos dias explícitos, deverá ser autorizado pelo fiscal do Contrato e sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

3.3.3.2. Para os casos de risco de funcionamento do prédio, acidentes ou pessoas presas na cabine, o prazo de atendimento será de até **30 minutos**.

3.3.4. As manutenções consistem em:

3.3.4.1. **Preventiva:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes, devendo ser executada em duas etapas:

3.3.4.1.1. Inspeção: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;

3.3.4.1.2. Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

3.3.4.1.3 Periodicamente serão emitidas as Ordens de Serviço de manutenção preventiva para serem realizadas na parte da manhã, preferencialmente. Todo o histórico dos equipamentos deve ser atualizado no software de gerenciamento de manutenção.

3.3.4.1.4 A manutenção dos equipamentos e instalações será executada obedecendo às rotinas definidas nas ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, apresentadas no Anexo A, assim como as recomendações do fabricante.

3.3.4.1.5 As manutenções preventivas deverão ser executadas no horário normal de expediente, de modo que não prejudique o funcionamento das atividades do CONTRATANTE. Ainda assim, sempre que necessário este procedimento poderá ser realizado fora do horário normal, independente do equipamento, não implicando em qualquer ônus para o CONTRATANTE.

3.3.4.1.6 A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento.

3.3.4.2 **Corretiva:** tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletroeletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

3.3.4.2.1. **Relatório de Vistoria Inicial:** Em até 30 (trinta) dias corridos, contados do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá enviar, por protocolo Eletrônico (<http://www.mpf.mp.br/mpfseuservicos>), Relatório de Avaliação Técnica ao fiscal do contrato, informando: estado de funcionamento, operacionalidade e integridade de todos os equipamentos; relação de equipamentos ou materiais a serem repostos e cronograma para execução ou estudo das pendências; relação dos componentes dos equipamentos com sua localização, nome do fabricante, modelo, nº de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos.

3.3.4.2.2. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços.

3.3.4.2.3. A manutenção corretiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento. Nesse caso, a CONTRATADA deverá encaminhar, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados da detecção da falha do equipamento, o laudo técnico do problema acompanhado de todos os materiais de consumo e ferramentas necessários à realização do serviço, bem como as peças e componentes necessários, cuja forma de aquisição ficará a cargo do CONTRATANTE, caso não haja estoque em almoxarifado.

3.3.4.2.4. Para cada evento de manutenção corretiva identificado, deverá ser gerada imediatamente uma **Ordem de Serviço Corretiva**, independente da data de conclusão do serviço.

3.3.4.2.5. A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo **05 (cinco) dias úteis**;

3.3.4.2.6. A formalização imediata da comunicação ao CONTRATANTE quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato;

3.3.4.2.7. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico do Objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a normalização do funcionamento do sistema. A CONTRATADA poderá subcontratar uma empresa ou profissional para a resolução do problema, mediante autorização prévia do fiscal do Contrato, sendo que ônus da contratação ficará a cargo da CONTRATADA.

3.3.4 Não será justificativa da não normalização dos elevadores: imprudência, incompetência ou negligência da CONTRATADA; má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA; falta de material de consumo; incapacidade em realizar testes.

3.3.4.3. **Preditiva:** tem por objetivo observar e monitorar as condições de operação dos equipamentos, o rendimento operacional, e outros indicadores da condição operativa das máquinas, a partir dos quais será possível determinar o intervalo máximo entre reparos, melhorando a produtividade e qualidade do produto.

3.3.4.3.1. Algumas manutenções preditivas estão previstas nas rotinas mínimas de manutenção preventiva. Tais testes, além de outros testes preditivos, deverão ser repetidos caso hajam dúvidas nos resultados, nos métodos de coleta de amostras, ou em outros fatores que possam comprometer o resultado das análises, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.3.4.3.2. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas;

3.3.4.3.3. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA;

3.3.5. Os serviços deverão ser prestados por meio das seguintes formas:

3.3.5.1 Técnico não-residente, nas dependências do CONTRATANTE, que executará serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretivas;

3.3.5.2 Serviço de vistoria mensal para verificação e análise de todos os parâmetros técnicos e de segurança relativos aos elevadores da CONTRATANTE. Esse serviço deverá ser executado pelo seguinte profissional da CONTRATADA:

3.3.5.2.1 PROFISSIONAL DE ELETROMECAÂNICA: Profissional(is) formado(s) em Engenharia Mecânica, com cursos específicos em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, para os equipamentos a serem mantidos, com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho e comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico.

3.3.5.3 Assistência técnica especializada, na hipótese de manutenção preventiva e corretiva especial, a ser realizado por equipe externa da CONTRATADA devidamente capacitada e que não consiga ser atendida pelo técnico residente.

3.3.6. A CONTRATADA deverá, ainda, observar:

3.3.6.1. Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste Termo.

3.3.6.2. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos. Os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA, exceto os previstos neste Termo.

3.3.7 UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO PARA GESTÃO DA MANUTENÇÃO

3.3.7.1 A CONTRATADA deverá providenciar sistema eletrônico com *software* específico para a gestão da manutenção sendo vedada a realização de controle por meio de planilha eletrônica.

3.3.7.2 Os PMOCs dos equipamentos cuja manutenção fazem parte do objeto deste contrato deverão ser cadastrados e acompanhados em um Sistema Eletrônico de Gestão da Manutenção de propriedade da CONTRATADA.

3.3.7.3 A CONTRATADA deverá utilizar o Sistema Eletrônico de gestão da manutenção que permita o cadastramento de todos os equipamentos e sistemas que fazem parte do escopo deste contrato de manutenção, permitir o cadastramento e acompanhamento das rotinas de manutenção preventiva aprovadas para cada um destes, realizar a emissão de ordens de serviço (OS) preventivas e corretivas de acordo com o planejamento das atividades, registrar os dados de todas as intervenções realizadas no decorrer do contrato, gerar relatórios e indicadores de desempenho para os equipamentos e sistemas.

3.3.7.4 O CONTRATANTE deverá ter acesso a todos os dados e funcionalidades do Sistema Eletrônico de gestão da manutenção.

3.3.7.5 O Sistema Eletrônico de gestão da manutenção deverá gerar as ordens de serviço aprovadas pelo CONTRATANTE.

3.3.7.6 Deverá permitir o controle da execução das atividades de manutenção preventivas associando status a cada uma das OS's, tais como: Planejada, Pendente, Executada.

3.3.7.7 Todas as OS's deverão ter uma via impressa para que o profissional responsável pela intervenção tenha ciência de todas as ações planejadas e conter informações em forma de *checklist*, um campo para observações para informações importantes identificadas, como por exemplo a necessidade de uma intervenção corretiva.

3.3.7.8 Após o preenchimento das ordens de serviço, essas deverão ser utilizadas para alimentar o sistema de gestão da manutenção com todas as informações relatadas pelo técnico responsável pela manutenção.

3.3.7.9 As Ordens de Serviço poderão ser substituídas por um modelo digital desde que seja disponibilizado aos profissionais técnicos responsáveis pela manutenção dispositivo com *tablet* ou *smartphone* que permita acesso ao sistema de gestão da manutenção durante a execução da atividade permitindo a visualização e preenchimento da OS durante a execução da atividade de manutenção.

3.3.8. **Mensalmente**, por protocolo Eletrônico (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>), deverá ser emitido um Relatório Técnico de Manutenção, referente ao mês dos serviços já prestados. Esse relatório deve conter todos os serviços prestados, contemplando todas as rotinas de manutenção verificadas, peças/componentes danificados, gastos ou defeituosos substituídos com respectivo laudo técnico para justificar a substituição de cada componente e a discriminação do defeito, materiais utilizados, descrição de procedimentos detalhados de testes, descrição de outras intervenções não programadas nos equipamentos, regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias e dos quesitos de segurança do trabalho. Esse relatório deverá ser assinado e rubricado pelo **Engenheiro responsável** da CONTRATADA e encaminhado ao fiscal do Contrato até o 10º dia do mês subsequente ao mês referente aos serviços prestados.

3.3.9. Todos os relatórios e Termos técnicos abordados no presente Termo deverão abranger o máximo de itens relacionados abaixo, quando pertinentes, além de outros quaisquer que a CONTRATADA julgar necessário:

3.3.9.1. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;

3.3.9.2. Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados no mês, bem como falhas de testes, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos;

3.3.9.3. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações;

3.3.9.4. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;

3.3.9.5. Leitura dos instrumentos de medida antes e depois dos serviços preventivos;

3.3.9.6. Análise dos testes;

3.3.9.7. Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia ou água e picos de consumo de energia ou de água;

3.3.9.8. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução do CONTRATANTE;

3.3.9.9. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

3.3.9.10. Estudos e levantamentos realizados;

3.3.9.11. Informações sobre a situação dos equipamentos, indicando deficiências;

3.3.9.12. Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;

3.3.9.13. Relação de materiais e equipamentos necessários para conclusão de serviços;

3.3.9.14. Sugestão de materiais a serem adquiridos para manutenção do estoque mínimo.

3.3.9.15. Gráficos;

3.3.9. Manter arquivadas cópias de todos os relatórios técnicos de que trata este Termo;

3.4 Das questões ambientais

3.4.1 A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas necessárias para evitar impactos ambientais negativos e seguir as seguintes exigências do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF:

3.4.1.1 Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente;

3.4.1.2 Utilizar produtos de limpeza, de lubrificação e antiferrugem menos ofensivos;

3.4.1.3 Utilizar, obrigatoriamente, produtos que economizam energia elétrica, como a iluminação a LED nos elevadores;

3.4.1.4 Realizar a coleta de resíduos provenientes da manutenção dos elevadores, em especial óleo, lâmpadas, bateria, estopas, vasilhames, graxa, solventes, entre outros materiais;

3.4.1.5 Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão;

3.4.1.6 Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

3.5 Dos materiais e equipamentos:

3.5.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução do contrato, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, observando as especificações, qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido pelo CONTRATANTE e que deverão estar disponíveis na data prevista para o início do Contrato.

3.5.2 DEFINIÇÕES

3.5.2.1 Materiais de consumo: são aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso;

3.5.2.2 Equipamentos: são considerados equipamentos para efeito deste contrato os EPI's, equipamentos de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, *softwares* e móveis indispensáveis à execução dos serviços, podendo estes ser de alocação definitiva ou temporária.

3.5.2.3 Materiais para reposições e adaptações: são aqueles componentes de fornecedor exclusivo, que têm seus valores e quantidades estimadas para fornecimento registrados;

3.5.2.4 Materiais para ressarcimento: são os demais materiais que não se enquadram nas categorias de materiais para consumo ou materiais para reposições ou adaptações. Nessa categoria

enquadram-se materiais como aqueles de uso eventual, materiais de uso imprevisível ou urgente, ou ainda, materiais que podem causar a interrupção de serviços, máquinas e equipamentos;

3.5.3. A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, todos os equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos;

3.5.3.1. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

3.5.3.2. Garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha;

3.5.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do Contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada acompanhada da relação das ferramentas e equipamentos.

3.5.3.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do Contrato relação de equipamentos e ferramentas à disponibilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do início da execução dos serviços, para a perfeita prestação dos serviços constantes desta especificação.

3.5.4 FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÕES E ADAPTAÇÕES:

3.5.4.1 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais para reposições e adaptações necessários à execução do contrato;

3.5.4.3 O fornecimento dos materiais para reposições e adaptações ficará condicionado à solicitação prévia da CONTRATANTE que indicará os materiais e quantidades a serem fornecidas;

3.5.4.4 Embora o fornecimento dos materiais para reposições e adaptações dependa de solicitação prévia da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá gerenciar o estoque de materiais fornecidos, conforme abaixo:

3.5.4.4.1 Informar com antecedência à CONTRATADA o quantitativo mínimo dos materiais que devem estar disponíveis em estoque para garantir a realização de serviços e o funcionamento ininterrupto dos sistemas para cada mês do contrato. A CONTRATANTE não aceitará a alegação por parte da CONTRATADA, de atraso dos serviços devido à falta de materiais;

3.5.4.4.2 Informar, após a execução de qualquer serviço, o quantitativo e materiais utilizados, de forma a comprovar o gasto de materiais e de justificar a eventual necessidade de renovação de estoque. A CONTRATANTE apenas emitirá nova ordem para fornecimento de materiais se houver comprovação por parte da CONTRATADA da utilização dos materiais inicialmente em estoque e de que o quantitativo de materiais remanescentes em estoque esteja abaixo do mínimo definido;

3.5.4.4.3 A comprovação do consumo de materiais deverá ser apresentada no relatório mensal de atividades e seu controle feito por meio de *software* específico de gerenciamento e controle de manutenção, demonstrando-se a correspondência de todos os materiais utilizados e as respectivas ordens de serviço que comprovem sua utilização.

3.5.4.5 O estoque mínimo será analisado pelo fiscal do contrato para verificação da pertinência dos quantitativos em relação aos serviços a serem executados;

3.5.4.6 O fiscal do contrato poderá, a qualquer tempo, realizar medições nos serviços executados com o objetivo de comprovar os quantitativos de materiais utilizados. Caso haja

discordância entre o quantitativo informado pela CONTRATADA ao final dos serviços e o quantitativo medido pelo fiscal do contrato, estes últimos serão considerados para fins de pagamento e serão aplicadas as glosas previstas por prestação de informações falsas pela CONTRATADA, conforme tabela do Instrumento de Medição de Resultado do item 13;

3.5.4.7 Todos os materiais para reposições e adaptações deverão ser fornecidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do CONTRATANTE;

3.5.4.8 Caso não seja possível o fornecimento dos materiais em até 05 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá **apresentar as justificativas** e a proposição de nova data de entrega, que estarão sujeitas à aprovação pela CONTRATANTE;

3.5.4.9 Para garantia de atendimento aos prazos de entrega estabelecidos e, sob pena de incorrer em glosa contratualmente prevista, a CONTRATADA deverá manter, as suas próprias custas, estoque mínimo de materiais para reposições e adaptações;

3.5.4.10 Os materiais a serem fornecidos deverão ser entregues nas dependências do CONTRATANTE e serão inspecionados pelo(s) fiscal(is) do contrato para verificação quanto ao atendimento às especificações e quantidades estabelecidas. Somente após a aprovação pela fiscalização, a CONTRATADA poderá fazer uso do material entregue, bem como emitir a nota fiscal para posterior ressarcimento por parte da CONTRATANTE;

3.5.4.11 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT;

3.5.4.12 Todos os materiais fornecidos pela CONTRATADA, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante;

3.5.4.13 Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização;

3.5.4.14 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados nas dependências da CONTRATANTE.

3.5.4.15 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela fiscalização, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.

3.5.4.16 A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do Contrato, amostras de quaisquer materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

3.5.5 A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos.

3.5.6 A substituição de peças, equipamentos ou acessórios só deverá ser feita pela CONTRATADA, mediante autorização do fiscal do contrato, exceto em casos emergenciais.

3.5.7 Em casos emergenciais, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o fornecimento de materiais e equipamentos de forma imediata, situação em que os prazos indicados serão desconsiderados, devendo tais materiais serem entregues em tempo hábil para contornar a situação de emergência. Após a situação de emergência ser contornada, o(s) fiscal(is) do contrato efetuará(ão) as devidas medições para levantamento dos materiais ou equipamentos utilizados para posterior pagamento ou ressarcimento a CONTRATADA, se aplicável.

3.5.8 PROCESSO DE RESSARCIMENTO

3.5.8.1 Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA efetuará a pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade com os valores praticados no mercado, por meio de, pelo menos, 03 (três) propostas. A CONTRATADA será ressarcida pelo menor preço obtido na pesquisa;

3.5.8.1.1 O gestor do contrato fará avaliação prévia da pesquisa e da proposta escolhida para certificação de que os preços apresentados estão compatíveis com os praticados no mercado;

3.5.8.2 No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fornecedor, bem como cópia de, pelo menos, duas notas fiscais de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

3.5.8.3 Quando identificada a necessidade de fornecimento de material para ressarcimento, a CONTRATADA deverá providenciar relatório técnico apresentando justificativa para a necessidade de fornecimento do material, informando o equipamento ou sistema no qual ocorrerá a substituição.

3.5.8.4 O material apresentado será avaliado pelo CONTRATANTE para conceder o aceite formal do fornecimento.

3.5.8.5 O material deverá ser fornecido e aplicado após a manifestação formal do CONTRATANTE.

3.5.8.6 O valor a ser ressarcido à CONTRATADA será aquele apresentado na nota fiscal de compra e este não poderá ser maior que o valor mínimo indicado na pesquisa de preço.

3.5.8.7 Para pagamento de materiais/peças mediante ressarcimento, a CONTRATADA deve emitir e apresentar nota fiscal de venda de material para a CONTRATANTE, destacando os tributos que devem ser retidos pelo órgão público, conforme orienta a Solução de Consulta nº 317/2019 - Cosit da Receita Federal do Brasil.

4 – DO PREÇO

4.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

4.2 Os valores estimados totais unitários dos itens são os seguintes:

NOME DO SERVIÇO	U.M.	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Serviços de vistoria mensal, assistência técnica, manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento, em todos os elevadores (Atlas Schindler) da PR/PA	Mês	12	R\$ 2.307,26	R\$ 27.687,16
Serviços de vistoria mensal, assistência técnica, manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento, em todos os elevadores (Atlas Schindler) da PRM/MAB/PA	Mês	12	R\$ 1.153,63	R\$ 13.843,58
Serviços de vistoria mensal, assistência técnica, manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento, em todos os elevadores (Thyssenkrupp) da PRM/STM/PA	Mês	12	R\$ 1.153,63	R\$ 13.843,58
Valor total PRM/STM/PA				R\$ 13.843,58

4.3 O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 4.614,52** (quatro mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo o valor total estimado do Contrato em **R\$ 55.374,32** (cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

5 - DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A prestação dos serviços deverá ter início a partir da vigência do contrato.

5.2 Os serviços deverão ser executados nas dependências da sede da Procuradoria da República no Estado do Pará (Rua Domingos Marreiros, nº 690. CEP 66055-215. Belém/PA);

5.3 Os serviços deverão ser executados nas dependências da sede da Procuradoria da República no município de Marabá/Pará (Rodovia Transamazônica, nº 1076. Bairro Amapá. CEP 68502-700. Marabá/PA);

5.4 Os serviços deverão ser executados nas dependências da sede da Procuradoria da República no município de Santarém/Pará (Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915. Bairro da Interventoria. CEP 68020-820. Santarém/PA)

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

6.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

6.3 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

6.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

6.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.6 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7 Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;

6.8 Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio adotadas pelo CONTRATANTE;

6.9 Conferir os materiais e equipamentos discriminados no Contrato e registrar as divergências quanto a quantidade e qualidade previstas;

6.10 Fiscalizar o atendimento ao disposto no Art. 4º da Resolução CNMP nº 177/2017, de 5 de julho de 2017, quanto à vedação de atribuição de cargo de chefia a empregado que tenha praticado ato(s) tipificado(s) como causa(s) de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.

6.11 Ao CONTRATANTE, por meio da Secretaria de Administração, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato.

6.12 Será(ão) nomeado(s) Servidor(es) que ficará(ão) responsável(eis) pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.

6.12.1 O(s) Servidores responsáveis pela fiscalização terá(ão) poderes para:

- a) definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c) suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para decisão.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Indicar formalmente seu preposto;
- 7.2 Planejar a execução e a supervisão dos serviços;
- 7.3 Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidade especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente;
- 7.4 Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.
- 7.5 Corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do CONTRATANTE;
- 7.6 Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;
- 7.7 Prestar, quando necessário e solicitado pelo CONTRATANTE mediante comunicação prévia e por escrito, serviços extraordinários;
- 7.8 Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.
- 7.9 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 7.10 Disponibilizar o **endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação** entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.
- 7.11 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus representantes ou prepostos, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.12 Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;
- 7.13 Não será aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, salvo nos casos de subcontratação autorizada.
- 7.14 Comunicar o CONTRATANTE, no **prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.15 Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria Geral da República relativa à segurança e proteção ambiental.

7.16 Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;

7.17 Fornecer todos os materiais e equipamentos conforme discriminados no Contrato, observando-se a qualidade e quantidade previstas, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos, bem como pela manutenção;

7.18 Fornecer peças, componentes e/ou acessórios, quando se fizer necessário; devendo apresentar previamente ao CONTRATANTE o valor proposto para o fornecimento.

7.18.1 Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA efetuará a pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade com os praticados no mercado, por meio de 03 (três) propostas. O gestor de Contrato verificará a pesquisa e, na hipótese de constatar que o preço proposto para a substituição é superior ao do mercado, a CONTRATADA será ressarcida pelo menor preço praticado.

7.18.2 Todos os materiais deverão ser novos, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida.

7.18.3 De preferência, os materiais utilizados na embalagem dos produtos deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.

7.19 Caso seja necessário estocar materiais na sede da CONTRATANTE, a CONTRATADA deve disponibilizar armários, prateleiras, estrados, tapume *etc*, para guarda e conservação dos materiais, máquinas e equipamentos;

7.20 Não retirar das dependências do CONTRATANTE qualquer equipamento, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

7.21 Manter o estoque mínimo mensal de materiais e equipamentos, sujeito à fiscalização do CONTRATANTE, ficando facultado ao CONTRATANTE efetuar glosa, correspondente ao valor dos materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer;

7.22 É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

7.22.1 O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

7.22.2 O CONTRATANTE deve utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente;

7.22.3 O CONTRATANTE deve utilizar produtos de limpeza, de lubrificação e antiferrugem menos ofensivos;

7.22.4 O CONTRATANTE deve utilizar, obrigatoriamente, produtos que economizam energia elétrica, como a iluminação a LED nos elevadores;

7.22.5 O CONTRATANTE deve realizar a coleta de resíduos provenientes da manutenção dos elevadores, em especial óleo, lâmpadas, bateria, estopas, vasilhames, graxa, solventes, entre outros materiais;

7.22.6 O CONTRATANTE deve efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão;

3.4.1.6 Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

7.24 Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;

7.25 Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas quando do término da vigência contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral (nos termos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993) ou amigável (nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993) por parte da Administração, nos termos da legislação vigente. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

7.26 Declarar que não se enquadra nas hipóteses de vedação previstas no Art. 4º da Resolução do CNMP nº 177/2017, de 05 de julho de 2017, quando houver designação de empregado para exercício de cargo de chefia.

7.26 É vedado à CONTRATADA:

7.26.1 Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;

7.26.2 Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.26.3 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.26.4 Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

7.26.5 Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.26.6 Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato;

8 - DO RECEBIMENTO

8.1 Os serviços executados pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

8.1.1 **Provisoriamente:** mediante recibo, após efetuada a entrega dos serviços, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

8.1.2 **Definitivamente:** mediante recibo, em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal.

8.2 Caso os serviços estejam em desconformidade com o especificado no contrato, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da notificação.

8.2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de glosa por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e da aplicação de sanções contratuais.

8.1 Os serviços executados pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

8.1.1 Provisoriamente pelo fiscal técnico do contrato, devidamente designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações.

8.1.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, após o recebimento do relatório encaminhado pela CONTRATADA, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em Relatório Circunstanciado a ser encaminhado ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

8.1.1.1.1 O Relatório Circunstanciado deverá conter: o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários e, ainda, os eventuais valores de glosa conforme índices estabelecidos no IMR;

8.1.2 Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, com a consequente aceitação mediante Termo Circunstanciado.

8.1.2.1 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo Gestor do Contrato;

8.1.2.2 O Gestor do Contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.1.2.3 O gestor emitirá Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a fatura ou nota fiscal para fins de pagamento, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.1.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9 – DA VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

10 – DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1 A CONTRATADA prestará garantia, no prazo de até 30 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total anual contratado, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

10.1.1 O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou, ainda, para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

10.1.2 A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório e, ainda, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias inadimplidas.

10.1.3 O prazo para que o CONTRATANTE cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da consumação do fato.

10.1.4 A garantia deverá ser integralizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento no valor contratual.

10.1.5 A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

10.1.5.1 Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

10.1.5.2 Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;

10.1.5.3 Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;

10.1.5.4 Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;

10.1.5.5 Ser irretratável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

10.1.6 A garantia oferecida na modalidade títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei 10179/2001.

10.1.7 A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro deverá ser depositada junto à Caixa Econômica Federal, nominal ao Ministério Público Federal, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

10.1.8 A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia deve mencionar na apólice, expressamente, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais o CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

11 - DO FATURAMENTO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto contratado, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

11.1.1 Havendo a substituição de peças e/ou componentes, a CONTRATADA apresentará as notas fiscais de compra e a solicitação de ressarcimento correspondente.

11.1.2 Para fins de ressarcimento, a CONTRATADA efetuará a pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade com os valores praticados no mercado, por meio de, pelo menos, 03 (três) propostas. A CONTRATADA será ressarcida pelo menor preço obtido na pesquisa. O

gestor do contrato fará avaliação prévia da pesquisa e da proposta escolhida para certificação de que os preços apresentados estão compatíveis com os praticados no mercado;

11.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

11.2.1 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

11.2.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

11.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados, em moeda nacional, em até **30 (trinta) dias corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

12.1.1. Para pagamento de materiais/peças mediante ressarcimento, a CONTRATADA deve emitir e apresentar nota fiscal de venda de material para a CONTRATANTE, destacando os tributos que devem ser retidos pelo órgão público, conforme orienta a Solução de Consulta nº 317/2019 - Cosit da Receita Federal do Brasil.

12.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

12.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.5.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

12.6 A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme disposto no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

12.7 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto a Nota Fiscal declaração com a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

13 – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

13.1 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) dar-se-á da seguinte forma:

13.1.1 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Incidência	Percentual referente ao custo mensal do contrato
1	Não entregar Termos e laudos no prazo estabelecido sem apresentar justificativa.	Por Termo	1%
2	Não fornecer componentes do sistema solicitados pelo CONTRATANTE .	Por equipamento	2%
3	Incluir informações falsas em relatório mensal e laudos.	Por relatório ou laudo	5%
4	Caso a manutenção corretiva não normalize o funcionamento do sistema no prazo máximo estipulado na autorização para sua realização, sem justificativa.	Por ocorrência	10%
5	Caso o chamado não seja atendido no prazo máximo estipulado, sem justificativa.	Por ocorrência	10%
6	Caso a fiscalização encontre falhas no sistema ou pontos de evidente risco ao funcionamento do sistema não detectados pela empresa na manutenção preventiva.	Por ocorrência	15%

13.1.2 A aplicação das glosas acima descritas são cumulativas até o limite de 25% do valor contratual mensal vigente e não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

13.2 A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

14 – DO REAJUSTE DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS

14.1 Os preços inicialmente contratados dos serviços, materiais de consumo e equipamentos poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, consideradas como data-base para o reajuste, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE acumulada nos

últimos 12 meses encerrado em junho de 2022, contados do pedido da CONTRATADA, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

14.1.1 Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão a cada anualidade da data-base mencionada no caput desta cláusula com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será permitida a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial do objeto é permitida, após a devida autorização prévia do CONTRATANTE, que verificará quanto à empresa subcontratada o atendimento do edital, devendo atender também as seguintes exigências:

15.1.1 Subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais;

15.1.2 Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou;

15.1.3 Os serviços especializados a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o atendimento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais;

15.1.4 A CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar os serviços no limite de até 10% (dez por cento) do valor global, restringindo-se à subcontratação dos seguintes serviços: rebominação de motor, correção de vazamentos e substituição de elementos de abrasão do sistema de frenagem, serviços de corte, solda e torneamento de peças.

15.1.5 A subcontratação de serviços deverá ser pago via ressarcimento. O ressarcimento de serviços deverá observar o mesmo processo do ressarcimento de peças item 3.5.8.

15.2 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação da Administração, os serviços a serem realizados pela SUBCONTRATADA poderão ser iniciados.

15.3 As solicitações para subcontratações deverão ser submetidas previamente à fiscalização. Tal solicitação deverá discriminar o nome da empresa ou profissional, endereço, CNPJ ou CPF e os serviços que serão a elas subcontratados.

15.4 As empresas SUBCONTRATADAS deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista previstas no Edital.

15.5 A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA e/ou CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

15.6 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações, serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

16 - DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas ao CONTRATANTE para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

17 – DO CONSÓRCIO

17.1 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

18 – DA VISTORIA

18.1 É facultado e recomendável, aos licitantes, a realização de vistoria nos locais em que serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

19.1.1 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

19.1.2 A vistoria deverá ser agendada no telefone (91) 98411-7124, das 08h00 as 18h00, ou pelo charlesvsousa@mpf.mp.br, no mínimo com **1 (um) dia** de antecedência, e ser realizada **até 1 (um) dia útil** antes da realização da licitação, no horário de **8h00 as 18h00**.

19.1.3 O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita e receberá um Comprovante de Vistoria emitido pelo CONTRATANTE, que deverá ser apresentado com a documentação para habilitação no momento da licitação, conforme modelo no **ANEXO D**.

19.1.4 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal do licitante ou preposto, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo constante no **ANEXO E**.

20 - DAS SANÇÕES

Redação conforme Parecer nº 126/2021/CONJUR e IN nº2/2020-MPF.

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

20.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às **sanções estabelecidas na Instrução Normativa nº 2 (I/), de 3 de março de 2020, do Ministério Público Federal**.

20.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada ou licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

20.2.2. As infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos celebrados com o Ministério Público Federal ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

- I – advertência;
- II – multa;

- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Órgão Sancionador, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos dos Arts. 15, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade, nos termos dos Arts. 16, 18, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;
- V – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.2.3. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de falta leve, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, nos termos do Art. 6º da IN nº 02/2020-SG/MPF.

20.2.3.1. Considera-se falta leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto e não comprometa prazos e/ou serviços.

20.2.4. A penalidade multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.2.4.1. Multa moratória aplicada em virtude do atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do Art. 8º da IN nº 02/2020-SG/MPF.

20.2.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

20.2.4.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

20.2.5. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

20.2.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos regularmente comprovados, o montante remanescente poderá ser cobrado judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.2.7. A Guia de Recolhimento da União – GRU deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

20.2.8. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação;

II – descontado da garantia;

III – cobrado judicialmente.

[1] <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf-e/2020/DMPFADMINISTRATIVO-2020-03-06.pdf?nocache01>

21 – DA HABILITAÇÃO

21.1 O licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que o licitante prestou ou está prestando, a contento (devendo conter o grau de satisfação do cliente) serviços de manutenção em elevadores, instalados em edifícios comerciais, em quantidade e características iguais ou superiores às da presente licitação (número de paradas e capacidade).

21.2 Serão exigidos dos licitantes, os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

21.2.1 Declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços – **MODELO ANEXO E.**

21.2.2 Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a cuja jurisdição pertença, sendo, no mínimo, um dos responsáveis técnicos Engenheiro Mecânico. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade. No caso de o licitante ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/PA, conforme exigência do Conselho;

21.1.3 Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins de comprovação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social ou o administrador/diretor ou, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou profissional pertencente ao rol de responsáveis técnicos da empresa ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, relativa à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador da marca Atlas Schindler;

21.1.4 Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CAU, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins de comprovação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social ou o administrador/diretor ou, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou profissional pertencente ao rol de responsáveis técnicos da empresa ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, relativa à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador da marca Thyssenkrupp;

Belém – PA, data da assinatura eletrônica

Atividade	Responsável	Base Legal
Elaboração	<i>Assinado eletronicamente</i> RENATA RAMOS VIEIRA Seção de Manutenção e Serviços Gerais <i>Assinado eletronicamente</i> LUIZ SERGIO JORDÃO ROMARIZ JÚNIOR Chefe de Divisão DIMA/CENG/SEA/SG	<i>Decreto nº 10.024/2019</i> <i>Art. 14º No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</i> <i>I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência</i>
Aprovação	<i>Aprovo Termo de Referência por entender que o disposto no encargo da contratação atende de forma eficiente e eficaz a necessidade da</i>	<i>Decreto nº 10.024/2019</i> <i>Art. 14º No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o</i>

	<p><i>administração.</i></p> <p><i>Assinado eletronicamente</i> Carlos Ricardo Moura dos Santos Coordenador de Administração da PR/PA</p> <p><i>Assinado eletronicamente</i> Victor Matheus Oliveira Lourenço Engenheiro - PR/PA</p>	<p><i>seguinte:</i></p> <p><u>II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar</u></p>
--	---	--



ANEXO A

DESCRIÇÃO GERAL DOS SISTEMAS

1. NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO PARÁ

O sistema de transporte vertical do prédio é composto por dois elevadores. Cada elevador é acionado por tração elétrica, sem casa de máquinas, com máquina e conversor de frequência variáveis – VVF, capacidade de 675 kg – 9 passageiros, além de acessórios de acessibilidade e segurança. O equipamento apresenta o seguinte dimensionamento:

- Caixa 1,78 x 1,70m (largura x profundidade)
- Cabina 1,20 x 1,40 m (largura x profundidade)
- Porta Central 0,80 m de largura útil
- Poço 1,50 m de profundidade
- Última parada 3,75 m de altura.
- Velocidade 1,6 m/s.
- Marca: Atlas Schindler
- Modelo: 3300.

2. NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA

O sistema de transporte vertical do prédio é composto por um elevador, com capacidade de 675Kg (9 pessoas) e com as seguintes características:

- Caixa: 1,9m x 1,75m
- Cabina: 1,71 m²
- Paradas: 04 (quatro)
- Casa de máquinas: não
- Destinação: passageiros
- Ano de fabricação: 2019
- Velocidade do elevador: 1 M/SEG.
- Marca: Atlas Schindler LTDA
- Tensão de alimentação: 220V
- Modelo da cabina PK44

3. NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

O sistema de transporte vertical do prédio sede da **PRM/STM/PA** é composto por um elevador, com capacidade de 750 kg (10 pessoas) e com as seguintes características:

- Tipo de elevador: elétrico
- Paradas: 03 (três)
- Casa de máquinas: não
- Ano de fabricação: 2018
- Velocidade do elevador: 60 m/min.
- Marca: Thyssenkrupp
- Tensão de alimentação: 220V
- Modelo: Sinergy
- Máquina: P145L10
- Motor: 6.0 kw

ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

As rotinas de manutenção preventiva relacionadas a seguir são apenas uma referência (exemplificativas) para execução dos serviços, devendo a **CONTRATADA**, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar do início da execução dos serviços**, providenciar **TODAS** as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo recomendação dos fabricantes. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia do fiscal do Contrato, de forma a verificar sua adequação.

O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas ou a periodicidade, bastando comunicar por escrito a **CONTRATADA**, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários.

A Tabela abaixo apresenta as rotinas mínimas de manutenção preventiva com suas respectivas periodicidades:

M	Mensal
B	Bimestral
T	Trimestral
Q	Quadrimestral
S	Semestral
A	Anual

* Manutenção relativa apenas aos elevadores Eletromecânico

Equipamento	Descrição do serviço	M	B
Cabina (Interior)	Verificar funcionamento e integridade do painel de operação		X
	Verificar funcionamento e integridade do interfone ou intercomunicador na cabina e portaria	X	
	Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas, fixação e limpeza do sub-teto e funcionamento e limpeza do ventilador		X
	Verificar integridade dos painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas		X
	Verificar integridade do guarda-corpo e espelho (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos)		X
	Verificar portas, corredeiras e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza)	X	
	Verificar integridade e funcionamento do indicador (quebrado, setas, segmentos ou lâmpadas queimadas)		X
	Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetas (manual/automático, comando de lotado)	X	
	Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabina.	X	

Equipamento	Descrição do serviço	Q	S
Pavimento	Verificar funcionamento e integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal afixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas)	X	
	Verificar funcionamento e integridade das portas e soleiras (fixação e amassados, ferragens, borrachas de marco, ilhós e puxadores, limpeza e lubrificação)	X	

	Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento		X
	*Verificar fechos eletromecânicos (folgas, ajustar e verificar aterramentos)		X

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	S
Casa de Máquinas (se houver)	Limpar a casa de máquinas	X		
	Verificar proteções e conexões (Painel de força, reaperto geral, chaves de força, chave disjuntora, condições dos fusíveis do quadro de comandos, estado e isolamento dos condutores, aquecimento anormal, oxidação e limpeza das conexões, funcionamento mecânico)		X	
	Verificar quadro de comando (reapertar fiações em geral, verificar desgaste das contadoras, chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos, fixação dos relés, módulos eletrônicos, conexões das chaves, temporizadores, relés, circuitos de proteção, transformadores, leds de monitoração dos comandos microprocessados, retirar excesso de poeira com pincel)			X

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	T
Casa de Máquinas (se houver)	Verificar funcionamento da bateria e fonte de luz de emergência (desligar o disjuntor de iluminação da cabina e verificar nível de água da bateria)	X		
	Verificar máquina e cabos de tração (nível do óleo da máquina, vazamentos em vedações, nível de óleo no coletor, retentor, ruídos e desgaste de rolamentos ou buchas e coroa/sem-fim e acoplamentos, existência de limalha de ferro e desgaste na polia, arames rompidos nos cabos, limpeza)			X
	Verificar motor de indução (nível de óleo dos mancais do motor, desgastes e ruídos nos acoplamentos do motor, limpeza, verificar e anotar temperatura de funcionamento e parâmetros de funcionamento)			X
	Verificar funcionamento do interfone ou intercomunicador (cabina, portaria e casa de máquinas)			X
	Verificar limite final de subida e limite final de descida			X
	Verificar aparelho de segurança			X
	*Verificar freio e contato BK ou CPF (êmbolo, regulagem, condições das lonas, sapatas, tambor, terminais de ligação, abertura, regulagem das molas, percurso, nivelamento da parada, limpeza dos furos das articulações, lubrificar, ajustar freio eletromecânico e verificar regulagem do contato BK)		X	
	*Verificar regulador de velocidade (desgaste na polia, ruído, funcionamento das peças móveis e contatos elétricos, limpeza e lubrificação)	X		

Equipamento	Descrição do serviço	M	T	S
Cabina (Em cima)	Verificar aparelho de segurança (estado dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente)	X		
	*Verificar porta e contato de emergência (funcionamento do contato de segurança)			X
	Verificar correções superiores, suspensão dos cabos de tração e chaves de indução (estado das correções, desgaste dos nylons e folga entre a guia, lubrificar e limpar graxas, tensionamento, fixação de elementos, distanciadores de cabos e ruídos entre os chumbadores)		X	
	Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajusta caixa de came, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos)		X	

	Limpar teto e estrutura			X
--	-------------------------	--	--	---

Equipamento	Descrição do serviço	M	T	Q	S
Caixa corrida	*Verificar polia de desvio (fixação, limpeza, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos)				X
	Verificar limites de parada de subida (limpeza, fixação, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos)	X			
	Verificar guias e suportes (limpeza, lubrificação)			X	
	Verificar cabos de manobra e fiação (condições da fiação elétrica e cabos de manobra da caixa corrida, linhas rompidas, oxidação em bornes, obstrução e posição)				X
	Verificar portas de pavimento e fecho eletromecânico* (fixação do dispositivo de arraste, mola, rolete, posição do suporte de acionamento da chave de emergência, cabos e peso de acionamento, tensionamento e lubrificação, limpar conjunto fechamento, acionamento e desacionamento da rampa móvel, verificar irregularidades nas portas, falhas elétricas, portas sem folga e abertura indevida, fixação da tampa, reaperto de fiações/conexões elétricas e braço acionador)			X	
	*Verificar contrapeso (fixação dos pesos, empenamento da estrutura em direção as guias, estado das correções, separador e fixação dos cabos, porcas, cupilhas, metal mongol, limpar estrutura)		X		
	Verificar limite de redução de descida (limpeza, lubrificação e acionamento manual)	X			
	Verificar limite de parada de descida (limpeza, fixação, lubrificação e acionamento manual)	X			

Equipamento	Descrição do serviço	M	B	T	Q	S
Poço	Verificar aparelho de segurança (funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra,	X				
	Verificar correções inferiores (estado das correções e desgaste dos nylons e folga entre guia, limpar e lubrificar graxas)			X		
	Verificar aparachoque e cornija (verifica a capa hidráulica, nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico, acionamento do contato elétrico manualmente, limpar cornija)			X		
	*Verificar polias, cabos e corrente de compensação (desgaste dos canais da polia, lubrificação, funcionamento e posição dos contatos elétricos, limpeza, desgaste dos cabos e correntes de compensação, equalização e alongamento, fixação do suporte de desvio da corrente de compensação, lubrificar guias da polia de compensação)			X		
	*Verificar polia tensora (fixação junto à guia, acionamento do contato elétrico, alinhamento da polia – braço – suporte, distância do peso ao piso e tensão do cabo, lubrificar e limpar eixo)			X		
	*Verificar deslize do contrapeso (distância da mola até a parte inferior da estrutura do contrapeso e anotar na OS)			X		
	Verificar fundo do Poço (limpeza)		X			

ANEXO C
MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS

MATERIAL DE CONSUMO - USO COLETIVO

FERRAMENTAS

ITE M	DESCRIÇÃO	UM	Quant.	PRAZO ESTIMADO DE REPOSIÇÃO
1	Kit de ferramentas de reparo para vedação das máquinas;	pç.	1	A cada 60 meses
2	Kit de ferramentas de reparo para encurtamento de cabos de tração;	pç.	1	A cada 60 meses
3	Kit de ferramentas de reparo para substituição de cabos de tração;	pç.	1	A cada 60 meses
4	Kit de ferramentas de reparo para equalização de cabos de tração;	pç.	1	A cada 60 meses
5	Kit de ferramentas de reparo para substituição de cabos limitadores;	pç.	1	A cada 60 meses
6	Kit de ferramentas de reparo para substituição de coroa sem fim;	pç.	1	A cada 60 meses
7	Kit de ferramentas de reparo para substituição de cabo de manobra;	pç.	1	A cada 60 meses
8	Unidade remota para monitoração do <i>software</i> .	pç.	1	A cada 60 meses

MATERIAL DE CONSUMO - USO INDIVIDUAL

FERRAMENTAS

Ferramentas Individuais – Técnico Eletromecânico				
ITE M	DESCRIÇÃO	UM	Quant.	PRAZO ESTIMADO DE REPOSIÇÃO
1	Alicate de corte diagonal	pç.	1	A cada 60 meses
2	Alicate para anéis externos	pç.	1	A cada 60 meses
3	Alicate de bico	pç.	1	A cada 60 meses
4	Alicate universal	pç.	1	A cada 60 meses

5	Alicate amperímetro ET-3200A	pç.	1	A cada 36 meses
6	Almotolia de plástico 100ml	pç.	1	A cada 60 meses
7	Almotolia de plástico 400ml	pç.	1	A cada 60 meses
8	Chave estria 10 x 11	pç.	1	A cada 60 meses
9	Chave estria 12 x 13	pç.	1	A cada 60 meses
10	Chave inglesa pequena	pç.	1	A cada 60 meses
11	Chave inglesa grande	pç.	1	A cada 60 meses
12	Chave Phillips ¼ x 5	pç.	1	A cada 60 meses
13	Chave tipo fenda 1/8 x 3 1/8	pç.	1	A cada 60 meses
14	Chave tipo fenda 3/16 x 4"	pç.	1	A cada 60 meses
15	Chave tipo fenda 3/8 x 8	pç.	1	A cada 60 meses
16	Ferro de solda 40W/220V	pç.	1	A cada 36 meses
17	Gabarito para aferição de polias	pç.	1	A cada 60 meses
18	Jogo de chave canhão (¼, 3/16, 7/32, 8mm e 10mm)	pç.	1	A cada 60 meses
19	Jogo de chave Allen (de 1,5mm a 10mm)	pç.	1	A cada 60 meses
20	Jogo de chave de boca de 06mm a 22mm	pç.	1	A cada 60 meses
21	Lima bastarda de 4"com cabo	pç.	1	A cada 60 meses
22	Lima triangular bastarda de 4"com cabo	pç.	1	A cada 60 meses
23	Mala de ferramentas da TKE com carrinho	pç.	1	A cada 60 meses
24	Martelo tipo pena 500g	pç.	1	A cada 60 meses
25	Punção de centro	pç.	1	A cada 60 meses
26	Trena de 03 m	pç.	1	A cada 60 meses
27	Pendente para lâmpada incandescente	pç.	1	A cada 60 meses
28	Alicate de pressão	pç.	1	A cada 60 meses
29	Aspirador de pó	pç.	1	A cada 60 meses
30	Lanterna	pç.	1	A cada 36 meses
31	Engraxadeira manual capacidade 5 Kg	pç.	1	A cada 60 meses
32	Chave de boca 41/46 para elevador hidráulico	pç.	1	A cada 60 meses
33	Multímetro digital	pç.	1	A cada 36 meses

34	Kit completo de chave de boca	pç.	1	A cada 60 meses
35	Kit de chave canhão	pç.	1	A cada 60 meses
36	Escada	pç.	1	A cada 36 meses

ANEXO D

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Declaro, para fins de contratação, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de natureza continuada de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores nas dependências da unidade da Procuradoria da República _____, compreendendo a sede, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, que o(a) Sr(a). (*nome do Representante da empresa*), identidade n.º/UF, Representante da Empresa (*razão social da empresa*), CNPJ n.º, efetuou, na presente data, vistoria no local onde serão realizados os serviços, instalações de máquinas e equipamentos (se for o caso), tomando conhecimento de todas as características físicas relacionadas ao objeto deste certame.

Belém, ____ de _____ de 2022.

Representante da Procuradoria

Assinado digitalmente em 04/08/2022 10:08. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 39d9b988.8f7b7848.39ba4546.3c50bcb1

DECLARAÇÃO - DISPENSA DE VISTORIA

Nome da empresa, inscrita no CNPJ (MF) nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXX, bairro XXXXX-cidade/XX, neste ato representada por Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sob as penas da lei, declara que, para os fins que se façam necessários, está ciente das condições locais, abdicando assim, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que, porventura, venha a surgir no transcorrer nos locais de execução dos serviços, objeto do presente certame.

Cidade/XX, ____ de _____ de 2022

Assinatura do Representante Legal

Assinado digitalmente em 04/08/2022 10:08. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 39d9b988.8f7b7848.39ba4546.3c50bcb1

ANEXO F

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA

A União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Pará, com sede na Rua Domingos Marreiros, nº 690, na cidade de Belém/Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Estadual Renato Tabosa Koch Coutinho, nomeado(a) pela Portaria nº 171, de 30 de maio de 2022 publicada no DOU de 01 de junho de 2022, portador da matrícula funcional nº 22510, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº/20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de elevadores, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QTD. DE ELEVADOR	VALORES
Serviços de vistoria mensal, assistência técnica, manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento, em todos os elevadores (Atlas Schindler) da PR/PA	Belém/PA	02	
Serviços de vistoria mensal, assistência técnica, manutenção preventiva, preditiva	Marabá/PA	1	

e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios mediante ressarcimento, em todos os elevadores (Atlas Schindler) da PRM/MAB/PA			
--	--	--	--

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 30 (trinta) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......(.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/200075

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 03062003142640001

Elemento de Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

PI:MBASIC

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8 CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Belém/PA - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00032773/2022 TERMO DE REFERÊNCIA nº 24-2022**

Signatário(a): **RENATA RAMOS VIEIRA**

Data e Hora: **03/08/2022 16:20:27**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS**

Data e Hora: **04/08/2022 09:48:30**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **VICTOR MATHEUS OLIVEIRA LOURENCO**

Data e Hora: **04/08/2022 10:08:33**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUIZ SERGIO JORDAO ROMARIZ JUNIOR**

Data e Hora: **03/08/2022 16:47:24**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 39d9b988.8f7b7848.39ba4546.3c50bcb1